



11 al 16 de noviembre de 2019 – Málaga, España

Os cemitérios do Vale do Paraíba: Um levantamento da arte tumular local

Viviane Comunale¹

Resumo:

Em meados do século XIX, com o crescimento das elites cafeeiras na região do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo, foi necessário atender as demandas destas famílias, na construção de uma arquitetura que representasse a riqueza desta elite.

Logo, os artífices italianos e suas marmorarias, chegaram a esta região, com a proposta de trazer da Europa *o que de mais belo poderia ser feito*. Não tardou para esta mão-de-obra especializada chegar aos cemitérios locais, criando uma arte tumular paulista.

A proposta deste artigo, é apresentar uma parte da minha pesquisa de doutorado sobre esta região. O objetivo é realizar um inventário da parte histórica dos cemitérios da região e elaborar um descrição iconográfica sobre as obras executadas, utilizando a metodologia de pesquisadores renomados como Maria Elizia Borges e Elisiana Trilha Castro.

Palabras claves:

Arte tumular – Cemitério – Inventário – Século XIX – Vale do Paraíba

Breve histórico

A história dessa região, começa com a abertura desta trilha pela Serra Mar, esse feito coube aos índios da etnia Guaianá, o caminho foi o responsável pelo escoamento de minérios e

¹ Historiadora e professora do Departamento de Pedagogia do Centro Universitário Santa Rita, doutoranda em Artes Visuais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), bolsista pela CAPES (2016-2020).

transporte de alimentos entre as regiões de Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Esse caminho ficou conhecido como a Trilha do Ouro e auxiliou na distribuição do ouro encontrado pelo bandeirante paulista Pascoal Moreira Cabral (1654-1730) na região que hoje conhecemos como Cuiabá.

Como esta região pertencia a São Paulo. “O governador dos paulistas – Rodrigo César de Meneses- abre caminho que vai de Lorena até a Fazenda Santa Cruz no Rio de Janeiro (SÁ & SIQUEIRA, 2014 p.28)”, fazendo com que esta região fosse povoada por trabalhadores vindos de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, cabia a eles a manutenção deste caminho²,

Sabemos que a ocupação do Vale do Paraíba, “não só o paulista como o fluminense, caracterizou-se por um povoamento esparso e baseado em lavouras de subsistência, com fraca comercialização do excedente e relativamente pouco escravista. (FARIA, 1995 p.68). Mas foi nesta região, que o café encontrou seu maior desenvolvimento. Com amplas terras e clima favorável, as fazendas se instalaram utilizando o sistema de *plantation*³. A proximidade com o Rio de Janeiro, favoreceu o escoamento da produção de café pelo porto da capital.

O historiador Boris Fausto (2007 p. 186) aponta que “apesar da inexistência de estudos globais sobre a origem social dos fazendeiros do Vale do Paraíba, alguns trabalhos indicam que os primeiros proprietários de fazendas de café não tinham ascendentes muito privilegiados.” Ao que parece pequenos comerciantes e militares de baixa patente tornaram-se proprietários destas terras, o que não impediu de existir conflitos pela posse destes territórios, aqueles que dispunham de mais recursos saíam vencedores. Prevalecendo a lei do mais forte.

O presidente da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, em seu relatório de 1840, afirmava claramente que assumir a posse de uma área e conservá-la dependia da força. Um proprietário ou posseiro que não dispusesse desses recursos se via obrigado a ceder a terra ou vendê-la a quem pudesse se manter nela pelas armas. (FAUSTO, 2007 p.187)

² Como pagamento, essas pessoas recebiam sesmarias para ocupar e ficavam isentos do serviço obrigatório militar.

³ Se inicia no Brasil durante o período colonial, funciona com os grandes latifúndios, que praticam a monocultura, utilizando a mão-de-obra escrava e destinando toda sua produção para exportação.

Com a produção intensa nessa região, se fazia necessário desenvolver formas para escoar essa produção. O meio mais utilizado foi o transporte em tropas de burros que percorriam os caminhos sinuosos entre o Vale do Paraíba e a cidade do Rio de Janeiro. Esses tropeiros aproveitavam muito bem essas viagens, acabavam por comprar produtos na capital que poderiam ser vendidos nas fazendas do vale, como ferramentas e mantimentos. Diversos artífices chegaram à região para auxiliar no desenvolvimento da região “resultando num enorme centro de serviços (SÁ & SIQUEIRA, 2014 p.18)”, um exemplo foi a chegada de pintores, marmoristas e arquitetos que auxiliaram no desenvolvimento local.

Portanto, podemos afirmar que a economia cafeeira proporcionava diversas atividades comerciais, que favoreceram o desenvolvimento econômico da região sudeste do Brasil. “Em função do café, aparelharam-se portos, criaram-se empregos e novos mecanismo de crédito, revolucionaram-se os transportes (FAUSTO,2007 p.190)”, assim os esforços destes fazendeiros foram compensados com a distribuição de títulos de nobreza, logo surge a necessidade de ostentar esses títulos nobiliárquicos.

Essa ascensão do poder, será relacionada com a construção dos cemitérios nesta região que “compreende os municípios Arapeí, Areias, Bananal, Piquete, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras, também chamada de turisticamente de Vale Histórico Paulista” (PERRONI, 2015 p.16). Neste artigo farei um recorte da cidade de Bananal

Bananal e seu filho ilustre

Localizada na região compreendida como “*fundo do vale*”, essa freguesia surgiu com a construção da Capela ao Senhor Bom Jesus do Livramento. Esse terreno era ocupado por índios da etnia Puri e fora transformado em sesmaria e doado ao Capitão-Mor de Guaratinguetá Manoel da Silva Reis (1745-1796). O objetivo era incentivar os moradores locais a auxiliarem na abertura de um *Caminho Novo da Piedade* ligando as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo agora sem passar pela região de Paraty.

E foi assim que João Barbosa de Camargo e sua esposa Maria Ribeiro de Jesus receberam em 1780 uma sesmaria no Rio Bananal – onde hoje localiza-se a cidade -. “Em 1783 [...] erigiram na sua sesmaria uma capela, dedicada ao Senhor Bom Jesus do Livramento, e, por escritura de 10 de fevereiro de 1785, doaram meia légua, em quadra, para o patrimônio religioso (FARIA, 1995 p.68)”. Ao entorno da capela fundou-se o povoado de Bananal.

Antes do ouro verde ser o produto mais importante da região, os fazendeiros cultivavam produtos para atender uma demanda interna, o que chamamos de agricultura de subsistência. A partir de 1830, esse tipo de cultura foi sendo substituído pela cultura cafeeira.

No Rio de Janeiro, a cultura cafeeira que, inicialmente, se praticou nos arredores da cidade, se expandira pela zona de Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, São João Marcos e Resende. Só mais tarde, por volta de 1840, atingiu a zonal oriental, que logo se tornará uma das maiores produtoras, tendo Cantagalo como um dos centros principais. (COSTA, 2010 p.66)

Foi com o café que a riqueza chegou à região, proporcionando o surgimento de um patrimônio edificado, utilizando mão de obra especialista em arte colonial para construir os edifícios neoclássicos.

Segundo Faria (1995):

De 1835 em diante, inicia-se o período de maior riqueza da área. Em 1836, Bananal era o segundo produtor de café da Província de São Paulo, responsável por 11,02% (64.822 arrobas) da produção (o primeiro foi Areias, com 102.797 arrobas). Em 1854, já se havia tornado o primeiro com a colheita de 554.600 arrobas. O segundo colocado, Taubaté, produziu 354.730. Consolidou-se a riqueza e seus titulares buscavam outras formas de demonstrá-la (FARIA, 1995p.70).

Para que esses números fossem alcançados, seria necessária uma vasta mão de obra para atender os prazos fixados pelos compradores. Neste momento a região do Vale era uma das mais rentáveis para o Império, isso significou um aumento exponencial de escravos na província, levando a um aumento nos preços dos escravizados, que por sua vez tornou esta prática cada vez mais lucrativa.

Para estes cafeicultores, possuir esta mão de obra significava ter prestígio com a sua posição social e importância nas decisões econômicas da cidade. Não se pode esquecer que os escravos eram tratados como mercadorias, que eram ser compradas, trocadas ou até mesmo alugadas, afinal representavam “[...]uma despesa permanente, era preciso alimentá-lo, ele adoecia, era preciso tratá-lo, fugia às vezes, mas entre o que se gastava com o escravo e o que se lucrava havia ainda uma margem compensadora.[...](COSTA, 2010 p.70)”. Portanto fica claro que a “[...]base econômica do Império, encontrava correspondência direta na

trajetória política dos futuros comendadores⁴, que não por acaso, coincidia com a própria constituição do Estado Imperial brasileiro[...] (PESSOA, 2018 p.47)”

No caso da formação da sociedade bananalense, “estudos demonstram que enriquecer muito pela própria atividade agrária, no mundo escravista era praticamente impossível (FARIA, 1995 p.72)”, porém essa relação de poder ficará explícita não só na cidade dos vivos, mas também na cidade dos mortos.

Tomemos por exemplo a história do fazendeiro Comendador Luciano José de Almeida (1797-1854) e de sua esposa Maria Joaquina de Toledo Sampaio (1803-1882), iniciam sua rede de comércio com a venda e a exportação de gêneros alimentícios e café para a capital federal, “mas foi na década de 1840 que aumentou a maneira clara seus limites territoriais (FARIA, 1995 p.74)” , comprando terrenos e fazendas pertencentes à pessoas que não conseguiam manter o seu patrimônio. Fez alianças buscando ampliar sua fortuna, casou sua filha primogênita Domiciana Maria de Almeida (1826-1907) com outro cafeicultor da região Manuel de Aguiar Vallim (1806-1878) essa aliança permitiu que estas famílias tivessem as maiores fortunas da região do vale do café. Com a morte do Comendador, a administração de sua fortuna ficou a cargo de sua esposa D. Maria Joaquina de Almeida e de seus filhos.

Se faz necessário lembrar que no século XIX, a mulher tem um papel importante na administração da casa e no cuidado com os filhos, portanto, quando uma mulher ficava viúva, à ela se abriam duas possibilidades: encontrar um novo marido que ficaria responsável por cuidar de seu bem estar e gerenciar o seu patrimônio ou não se comprometia com um novo matrimônio e assim poderia conquistar sua independência social e financeira. D. Maria Joaquina escolheu a sua independência.

Maria Joaquina era analfabeta, ou semianalfabeta, e iria aprender com os preceptores dos seus filhos. Mas, se as primeiras letras faltavam a ela, o mesmo não ocorria com força de vontade e determinação. Antes mesmo de conseguir se educar desenvolveu um método próprio por meio de símbolos com os quais registrava as entradas, as saídas e a produção de cada uma das fazendas, fazendo ao seu modo a contabilidade (REZZUTTI, 2018 p.188).

Ao longo de sua vida, foi generosa, ajudou a manter a Santa Casa de Misericórdia da cidade, ajudava os necessitados, era uma grande administradora e em pouco tempo mostrou suas

⁴ No século XIX era uma condecoração honorífica de ordem militar, política ou eclesiástica dada a alguém que poderia ajudar a engrandecer a sociedade.

habilidades a frente dos negócios, duplicando o patrimônio deixado em testamento pelo Comendador Luciano de Almeida.

O Cemitério da Santa Casa de Misericórdia

De acordo com o pesquisador Agostinho Ramos (1978), a cidade de Bananal contava com dezessete cemitérios, sendo um vinculado a Matriz de Bom Jesus e o outro a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, os demais, estavam dentro das fazendas mais importantes da região como a Fazenda Boa Vista pertencente ao Comendador Luciano de Almeida.

É bem provável, que estes cemitérios fossem destinados aos escravos, já que a Família Almeida está sepultada no cemitério da Santa Casa de Misericórdia. Sem a documentação original, me embasei em pesquisadores da época para apontar a fundação desta irmandade. De acordo com estas informações, a Santa Casa de Misericórdia de Bananal foi fundada em 1851, e na parte posterior do hospital, um cemitério destinado a abrigar os irmãos da Santa Casa. Ao que consta o primeiro provedor desta irmandade foi o Comendador Manoel de Aguiar Vallim.

Com tantas famílias ilustres descansando neste campo santo, se faz necessário elaborar um inventário que possa abranger a parte mais antiga deste espaço que chamaremos aqui de histórica.

Inspirada no trabalho realizado pela pesquisadora Elisiana Trilha Castro (2008) no inventário dos cemitérios alemães da Grande Florianópolis, desenvolvemos uma ficha de inventário que servirá para identificar todos os elementos presentes na unidade tumular, em um segundo momento, faremos uma descrição iconografia destes elementos.

Nesta ficha de inventário o primeiro campo é destinado a informações onde constam dados sobre os inumados, data de sepultamento e localização da unidade tumular no cemitério. O segundo campo tipologia, apresenta as categorias das diversas edificações tumulares como catacumba, cenotáfio, cova rasa, jazigo capela, mausoléu, monumento cívico, ossário, túmulo horizontal externo, interno e túmulo vertical. No terceiro campo ornamentos, identificaremos os elementos escolhidos para a composição dos túmulos, como alegorias, anjos, cruzes, colunas, guirlandas de flores, epitáfios entre outros. O quarto e o quinto campo tratam dos revestimentos e os tipos de acabamentos presentes nestas construções. O sexto e sétimo campo tratam das escultura sacras ou profanas e os materiais utilizados nestas peças.

Um campo extra desta ficha aborda sobre o estado de conservação e limpeza, situação do calçamento, deterioração da pedra, estabilidade da construção, presença de microclima no local e incidência solar.

Acompanhando essa ficha de inventário, registro fotográfico do túmulo seguindo os padrões frontal, traseira, lateral, detalhes dos ornamentos e se aplicável informações sobre o construtor da edificação.

Esperamos que a confecção destas fichas de inventários, serviam de referência para a identificação de elementos da construção que venham a se perder por conta da ação do tempo ou ação do homem. E contribuir para uma possível intervenção para o restauro destes túmulos do século XIX.

Para este artigo vamos trabalhar com o túmulo vertical da D. Maria Joaquina de Toledo Sampaio. Como já foi citado D. Maria Joaquina foi uma mulher inteligente, que soube administrar o patrimônio de seu finado marido, grande benfeitora da Santa Casa de Misericórdia e protetora dos desvalidos. Pelo seu trabalho em vida, seu túmulo deveria ser grandioso e destacar seus feitos entre eles o de s tornar a matriarca da cidade de Bananal.

O túmulo vertical D. Maria Joaquina de Toledo Sampaio



Fig.1 – Túmulo vertical em mármore. Cemitério Santa Casa de Misericórdia de Bananal. Bananal – SP. Foto: Viviane Comunale e Fabio Donadio

Localizado ao fundo do cemitério, este túmulo vertical erguido em mármore foi executado por um artífice, infelizmente seu nome está ilegível e não foi possível identificar através do decalque.

Cercado por uma murada com elementos geométricos vasados, tem como acabamento em cada pilar um ornamento em semicírculo com desenhado com seis pétalas em sua parte superior, um acabamento simular a uma cornija e um cimácio sobre uma coroa.

Ao centro uma pilastra octogonal, sua base lisa é encimada por desenhos de folhas que servem como suporte para a parte superior. Na parte frontal existem indícios de um epitáfio com letras em bronze, infelizmente perdidas ao longo dos anos, em duas partes somente flores decoram os cantos desta base, nas outras quatro, guirlandas ornamentadas com fitas, fazem a fixação na base e na parte posterior uma cruz vasada indica a abertura para o ossário. Elementos que indicam a crença na ressurreição da falecida.

O acabamento traz a presença da flor de papoula, ora representada sozinha, ora representada em um ramallete indicando o repouso da alma. Na parte superior outra moldura que recebe a aplicação de uma faixa denticulada ao redor da pilastra.

Oito frontões decoram a parte superior e se alternam com ampulhetas representando a vida que passa e ampulhetas com asas representando a efemeridade da vida, ambas ligadas com volutas, um cordão circunda a base superior que traz diversos festões ao que parece com frases em cada um deles, mas infelizmente as letras se perderam. Uma moldura de acanto e volutas, circundam a parte superior servindo como base para uma escultura feminina segurando um cálice na mão direita e uma cruz na mão esquerda, uma alegoria a virtude teológica da caridade.



Fig.2 – Alegoria da Caridade. Cemitério Santa Casa de Misericórdia de Bananal. Bananal – SP. Foto: Viviane Comunale

Podemos concluir que o túmulo encomendado para D. Maria Joaquina, reflete as condições financeira da matriarca, a contar pelo material utilizado e pelos ornamento utilizados e associa a figura de mulher benevolente e caridosa a alegoria utilizada.

Algumas considerações

Elaborar uma proposta de inventário é evidenciar que um cemitério também é um bem cultural que necessita ser estudado e preservado. Um trabalho complexo que exige dedicação e empenho para a sua realização, pelo estado que encontrei alguns cemitérios na região do Vale do Paraíba, o inventário seria uma excelente ação voltada para a preservação do espaço. A população não tem o sentimento de pertencimento a história de sua cidade, o poder público alegando não ter verbas, ignora a sua própria história, não tem um arquivo histórico que possa cuidar da sua documentação e não existem ações voltadas para a educação patrimonial. O turismo natural já é explorado na cidade, mas, o turismo histórico fica a desejar.

O inventário da parte histórica do cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Bananal será apresentado na integra junto com as fichas de inventário na tese a ser defendida no próximo ano. Espero que este registro possa interessar a futuros pesquisadores, a iniciarem os inventários em seus cemitérios locais buscando a preservação de nossa história.

Referências Bibliográficas

COSTA, Emília Viotti. Da Senzala à Colônia. 5ª ed. São Paulo: UNESP, 2010. 558p

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fortuna e Família em Bananal no século XIX. *In*: CASTRO, Hebe Maria Mattos de & SCHNOOR, Eduardo (Org.) *et.al.* Resgate: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. 245 p. il.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12.ed. 2.reimpr. São Paulo: Edusp, 2007. 660p

PERRONI, Maria Salete. Construções Históricas no Vale do Paraíba Paulista: caracterização de material de alvenaria usados nas edificações com terra. Mestrado em Ciências. Orientador: Profa. Dra. Andrea Cavicchioli. São Paulo: Universidade São Paulo – ECA/USP, 2015. 121 f.

PESSOA, Thiago Campos. O Império da escravidão: o complexo Breves no vale do café (Rio de Janeiro, c 1850-c.1888). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. 260p

RAMOS, Agostinho de Freitas. A pequena história de Bananal. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, v.19, 1978. 451p.

REZZUTTI, Paulo. Mulheres do Brasil: a história não contada. Rio de Janeiro: Leya, 2018. 320p

SÁ, Olga de & SIQUEIRA, Sonia Maria Gonçalves. Retratos do Vale. Lorena: CCTA, 2014 192p

XX ENCUENTRO de *Cementerios patrimoniales*

Los cementerios como recurso cultural,
turístico y educativo

11 al 16 de noviembre de 2019, Málaga (España)

Organizan:



Vicerectorado
de Investigación



Vicerectorado
de Relaciones Institucionales



UNIVERSIDAD DE MÁLAGA
FACULTAD DE FILOSOFÍA Y LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTORIA DEL ARTE



Facultad de Turismo
UNIVERSIDAD DE MÁLAGA



ANDALUCÍA TECH
Campus de Estudios Internacionales
Área María Zambrano
Estudios Transatlánticos



ATENEO



Comité Español
de Historia
del Arte

Colaboran:



JUNTA DE RECURSOS



COSTA DEL SOL
MÁLAGA



ASSOCIATION OF SIGNIFICANT
CEMETERIES IN EUROPE
ASCE



Ayuntamiento
de Casabermeja



Ayuntamiento
de Casabermeja



PARQUE
CEMENTERIO
DE MÁLAGA



Ayuntamiento
de Málaga



Ayuntamiento
de Málaga



EVENOS en
HISTORIA



Málaga.es diputación



Agro-sin-agro
Ronzano S.C.A.



Málaga e Historia y Arte



OLEARUM



VIVOS



CEMENTERIO INGLÉS
DE MÁLAGA



Cultopia
Gestión Cultural



ASOCIACIÓN DE AMIGOS
CEMENTERIO SAN MIGUEL



i3t



dipobe



Salvador
1905



un A



afm
ASOCIACIÓN DE FUNERÍAS Y
CEMENTERIOS MUNICIPALES

Información: fjrodriguez@uma.es | <http://redcementeriospatrimoniales.blogspot.com/>